

PARECER 20241108 – DN

Parecer da Diretoria de Normatização o estudo de revisão tarifária da Autarquia SEMAE do município de São Leopoldo.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este parecer apresenta uma análise sobre estudo de revisão tarifária solicitada pelo SEMAE, visando aplicar os novos valores a partir de janeiro de 2025, apresentado pela Parecer 20241104 da Coordenaria do Normatização. Baseando-se em legislações federais, estaduais e normas da AGESAN-RS, a avaliação objetiva garantir o equilíbrio econômico-financeiro da autarquia para promover a universalização dos serviços de saneamento.

2. ANÁLISE DA METODOLOGIA

A metodologia para a revisão tarifária foi estruturada em 3 etapas principais, cada uma com objetivos específicos para garantir uma avaliação abrangente e justa dos requisitos:

- **Análise do Período Anterior:** Consistiu em um levantamento detalhado dos indicadores financeiros e operacionais do SEMAE referentes aos anos anteriores (2020 a 2023). Entre os principais indicadores avaliados estão o Gasto Médio de Exploração (GME), o Gasto Médio de Investimento (GMI), o Gasto Médio Total (GMT) e a Tarifa Média Praticada (TMP). Estes dados foram essenciais para identificar a Defasagem Tarifária (DT) e avaliar se as tarifas praticadas cobriram adequadamente os custos operacionais e de investimento.

- **Revisão Tarifária:** Com base nos dados históricos e nas projeções para o ciclo de 2025 a 2028, foi determinada a Tarifa Média Necessária de Exploração (TMNE) e a Tarifa Média Necessária de Investimentos (TMNI). A metodologia incluiu a aplicação de um índice de revisão tarifária capaz de cobrir os custos futuros, considerando as variações no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para recompor a inflação no período.

- **Projeções e Cenários Tarifários:** Diversos cenários de revisão tarifária foram simulados, levando em conta variáveis como a necessidade de investimentos e amortizações, o impacto das tarifas sobre os consumidores e o alcance da universalização dos serviços. A análise também considerou os impactos da isenção temporária de tarifas para moradores afetados por inundações, conforme acordo firmado em 2024. Esta abordagem de cenários permite que o SEMAE tenha uma visão abrangente do impacto financeiro e social das diferentes opções tarifárias.

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A defasagem tarifária (DT) é um dos indicadores centrais na avaliação do equilíbrio econômico-financeiro dos serviços de água e esgoto prestados pelo SEMAE, pois mensura a discrepância entre os custos efetivos e as receitas geradas pelas tarifas praticadas. Durante o período analisado, a DT oscilou, indicando variações no equilíbrio entre receitas e despesas. Em 2020, o índice de defasagem apresentou uma insuficiência tarifária de 7,41%, evidenciando que a tarifa média praticada não era suficiente para cobrir integralmente os custos dos serviços. Essa insuficiência, embora tenha sido revertida nos anos seguintes (2021 e 2022), voltou a surgir em 2023 com uma defasagem de 1,78%, sugerindo a necessidade de ajustes contínuos nas tarifas para evitar déficits financeiros.

A tarifa necessária foi projetada como resposta a essa defasagem, estabelecendo-se com base em projeções de custos operacionais e investimentos futuros. A análise tarifária propôs duas componentes principais:

- Tarifa Média Necessária de Exploração (TMNE): Calculada em R\$ 9,90/m³, esta tarifa visa cobrir os custos operacionais previstos para o ciclo de 2025 a 2028, considerando as despesas correntes e os valores de amortizações e precatórios;
- Tarifa Média Necessária de Investimento (TMNI): Estimada em R\$ 2,28/m³, destinada a cobrir os investimentos em infraestrutura e melhorias, especialmente em sistemas de abastecimento e esgotamento sanitário. A TMNI reflete um planejamento de investimento robusto, totalizando R\$ 111,7 milhões para o período, e reforça a meta de universalização e qualidade dos serviços.

Somadas, a TMNE e a TMNI resultam em uma Tarifa Média Total Necessária (TMNT) de R\$ 12,18/m³. Esse valor representa o montante mínimo que a tarifa deve alcançar para que o SEMAE consiga arcar com todas as obrigações financeiras e operacionais durante o novo ciclo tarifário. Diante da tarifa média praticada em 2023, de R\$ 10,59/m³, verificou-se uma diferença significativa, justificando um ajuste tarifário.

Para alinhar a tarifa praticada com as necessidades projetadas, foi estabelecido o Índice de Revisão Tarifária (IRevT), calculado em 15,02%. Esse índice será aplicado em janeiro de 2025 e representa o percentual de aumento necessário para que a tarifa média se aproxime da TMNT. Além disso, a metodologia proposta contempla reajustes anuais subsequentes, baseados no IPCA, para assegurar que as tarifas mantenham seu poder de compra frente à inflação e não sofram novas defasagens.

Essa revisão tarifária, portanto, busca sanar as lacunas identificadas e garantir que o SEMAE disponha dos recursos necessários para cobrir custos e investir em melhorias, sustentando a prestação de serviços e o avanço rumo à universalização do saneamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SEMAE aplicou o último reajuste tarifário em julho de 2023, gerando um acumulado de 18 meses sem recomposição tarifária para este período até janeiro de 2025, ou seja, hoje o período de julho/2023 a outubro/2024 pelo IPCA representa um acumulado de 5,65%. Logo, este valor acumula-se ao índice de revisão tarifária alçado.

O índice de revisão tarifária de 15,02% apresenta-se adequando diante do longo tempo sem reajuste tarifário e com os valores de investimentos para a universalização do saneamento apresentados.

Diante do exposto, a Diretoria de Normatização recomenda à Diretoria Geral as seguintes medidas:

- iniciar um processo de consulta pública dos documentos que compõem o estudo de revisão tarifária do SEMAE.
- realizar uma audiência pública no município de São Leopoldo para apresentação e discussão do estudo de revisão tarifária.
- submeter ao Conselho Superior de Regulação da AGESAN-RS a minuta de resolução que instituirá o 1º Ciclo de Revisão Tarifária da SEMAE (conforme anexo).

ENCERRAMENTO

Este signatário apresenta o presente trabalho concluído, constando de 3 (três) folhas assinadas digitalmente, colocando-se à disposição para esclarecimentos.

Porto Alegre, 09 de outubro de 2024.

Vagner Gerhardt Mâncio

Diretor de Normatização

MINUTA DE RESOLUÇÃO CSR Nº XXX/2023

Dispõe sobre o 1º Ciclo de Revisão Tarifária do Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE do Município de São Leopoldo.

O CONSELHO SUPERIOR DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (AGESAN-RS), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e pela Resolução AGE nº 005, de 2019.

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do *caput* art. 22 da Lei Federal nº 11.445, de 2007, segundo o qual cabe a agência reguladora definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico-financeiro e a modicidade tarifária;

CONSIDERANDO os dispostos nos incisos IV e IX do *caput* art. 23 da Lei Federal nº 11.445, de 2007, segundo o qual compete ao ente regulador editar normas sobre as dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, inclusive quanto ao regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão e subsídios tarifários e não tarifários;

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do *caput* art. 29 da Lei Federal nº 11.445, de 2007, segundo o qual os serviços de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada pela cobrança dos serviços;

CONSIDERANDO a Resolução AGE nº 008, de 2019, que foi atualizada pela Resolução AGO nº 005, de 2023, da AGESAN-RS, que definem os procedimentos para revisão e reajustes tarifários.

CONSIDERANDO a Cláusula Sexta, §1º, XIII do Protocolo de Intenções da AGESAN-RS, segundo a qual compete à agência analisar e conceder a revisão e o reajuste das tarifas mediante estudos apresentados pelos prestadores de serviço;

CONSIDERANDO a aprovação da matéria pelo Conselho Superior de Regulação

CONSIDERANDO os documentos do Processo Administrativo nº 1830/2024 da AGESAN-RS;

CAPITULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

ART. 1º. Fica instituído por esta resolução o 1º Ciclo de Revisão Tarifária do SEMAE do Município de São Leopoldo, regulado pela AGESAN-R.

PARÁGRAFO ÚNICO: São anexos desta resolução:

- I – Parecer da Revisão Tarifária;
- II – Matriz tarifária dos serviços de abastecimento tarifário e esgotamento sanitário;
- III – Preços Públicos e de penalidades do SEMAE.

ART. 2º. Para fins desta resolução serão considerados os seguintes termos:

- I – ÍNDICE DE REAJUSTE TARIFÁRIO: fator calculado periodicamente, com base em um índice inflacionário, que reflete a variação nos custos operacionais;
- II – ÍNDICE DE REVISÃO TARIFÁRIA: conjunto de variáveis técnicas e econômicas aplicados durante a revisão tarifária periódica, que ocorre em ciclos predefinidos;
- III – ÍNDICE DE REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA: calculado quando ocorrem eventos fora do ciclo regular de revisão tarifária que impactam de forma significativa os custos ou a receita da concessionária, exigindo uma intervenção urgente;
- IV – REAJUSTE TARIFÁRIO: atualização periódica dos valores das tarifas cobradas por serviços públicos, realizada com base em índices estabelecidos, como índices de inflação, tendo o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo que a tarifa acompanhe a variação de custos ao longo do tempo;
- V – REVISÃO TARIFÁRIA: processo previsto para ocorrer em ciclos predefinidos, sendo uma avaliação mais abrangente e detalhada do equilíbrio econômico-financeiro, que envolve a reavaliação dos custos operacionais, investimentos realizados, projeções de demanda e outros parâmetros técnicos e econômicos;
- VI – REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA: procedimento acionado em situações atípicas ou excepcionais, quando ocorrem eventos fora do controle que provocam desequilíbrios significativos, afetando substancialmente os custos ou receitas da prestação dos serviços.

ART. 3º. O 1º Ciclo de Revisão Tarifária definirá o seguinte:

- I – Matriz tarifária dos serviços de abastecimento sanitário e esgotamento sanitário;
- II – Preços dos serviços de água e esgoto, valores das multas e penalidades e valor de hidrômetros e demais acessórios.

CAPITULO II PROCEDIMENTOS DO CICLO TARIFÁRIO

ART. 4º. O 1º Ciclo de Revisão Tarifária do SEMAE será de 4 (quatro) anos e seguirá as seguintes etapas:

- I – Ano de 2025: Aplicação do Índice de Revisão Tarifária;
- II – Ano de 2026: Aplicação do Índice de Reajuste Tarifário;
- II – Ano de 2027: Aplicação do Índice de Reajuste Tarifário;
- III – Ano de 2028: Aplicação do Índice de Reajuste Tarifário.

PARÁGRAFO ÚNICO. A Revisão Tarifária Extraordinária poderá ser solicitada pelo SEMAE devendo ser devidamente justificada.

Seção I Revisão Tarifária

ART. 5º. O 1º Ciclo de Revisão Tarifária aplicará o Índice de Revisão Tarifária de xx,xx% (xxxxxxx inteiros e xxxxxxxxx centésimos por cento), conforme estabelecido pelo Anexo I, transcrevendo este valor na forma da Matriz Tarifária de Água e Esgoto do SEMAE.

PARÁGRAFO ÚNICO. As forma de publicização da Revisão Tarifária deverão seguir as definições da Resolução CSR nº 018, de 2024, da AGESAN-RS.

ART. 6º. O SEMAE deverá enviar a AGESAN-RS seus balanços contábeis e os investimentos necessários para os anos de 2029, 2030, 2031 e 2032 até o mês de junho de 2028 para os estudos do Índice para o 2º Ciclo de Revisão Tarifária.

Seção II Reajuste Tarifário

ART. 7º. O reajuste tarifário deverá ser aplicado em 1º de janeiro de cada ano, devendo ser solicitado por ofício pelo SEMAE à AGESAN-RS até o mês de outubro de cada ano, conforme definições da Resolução AGE nº 008, de 2019, da AGESAN-RS

ART. 8º. O reajuste tarifário utilizará obrigatoriamente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA controlado pelo Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE.

ART. 9º. O Índice de Reajuste Tarifário deverá utilizar o período base de 12 (doze) meses para o valor acumulado do IPCA.

PARÁGRAFO ÚNICO. O período base para o cálculo do índice acumulado, que trata este artigo, deverá ser do mês de novembro do ano anterior até o mês de outubro do ano atual.

ART. 10. O Índice de Reajuste Tarifário deverá ser aplicado 12 (doze) meses após o último Reajuste Tarifário e publicizado com 30 (trinta) dias de antecedência à sua aplicação, conforme definições da Lei Federal nº 11.445, de 2007.

PARÁGRAFO ÚNICO. As forma de publicização do Reajuste Tarifário deverão seguir as definições da Resolução CSR nº 018, de 2024, da AGESAN-RS.

ART. 11. Caso seja aplicado o Índice de Revisão Tarifária Extraordinária, o Índice de Reajuste Tarifário, previsto para janeiro, somente será aplicado no mês de janeiro do ano seguinte.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Índice de Reajuste Tarifário acumulado terá no mínimo 12 (doze) meses e no máximo a 18 (dezoito) meses, ficando de acordo com os meses da Revisão Tarifária Extraordinária e o período base definido neste resolução.

Seção III

Revisão Tarifária Extraordinária

ART. 12. A Revisão Tarifária Extraordinária poderá ser solicitada pelo SEMAE à AGESAN-RS a qualquer momento durando o período do 1º Ciclo de Revisão Tarifária, conforme os procedimentos definidos pela Resolução AGE nº 008, de 2019, da AGESAN-RS.

PARÁGRAFO ÚNICO. As forma de publicização da Revisão Tarifária Extraordinária deverão seguir as definições da Resolução CSR nº 018, de 2024, da AGESAN-RS.

ART. 13. O Índice de Revisão Tarifária Extraordinária somente poderá ser aplicado na matriz tarifária, com a devida homologação pela AGESAN-RS, nas seguintes condições:

- I – a partir de 6 (seis) meses após a instituição do Revisão Tarifária;
- II – a parti de 6 (seis) meses após a instituição do Reajuste Tarifário.

CAPITULO III MATRIZ TARIFÁRIA

ART. 14. A Matriz Tarifária dos Serviços de Água e Esgoto (Anexo II) será composta pelas seguintes categorias:

- I – Residencial Social I;
- II – Residencial Social II;
- III – Residencial;
- IV – Comercial A;
- V – Comercial B;
- VI – Obras e construções;
- VII – Industrial;
- VIII – Pública;
- IX – Filantropias.

ART. 15. O enquadramento dos usuários, de responsabilidade do SEMAE, será realizado de acordo com as seguintes definições

- I – RESIDENCIAL SOCIAL I: O proprietário ou usuário enquadrados na Lei Federal nº 14.898, de 2024;
- II – RESIDENCIAL SOCIAL II: os usuários enquadrados na Resolução CSR nº 010, de 2024 da AGESAN-RS;
- III – RESIDENCIAL: Quando a água é utilizada para fins domésticos e higiênicos, em prédios residenciais, associações civis, instituições de caridade ou de assistência social, entidades esportivas, templos, igrejas, jardins públicos e ainda, de uma maneira geral, quando essa utilização não tiver fins lucrativos.
- IV – COMERCIAL A: Loja, quando a água é utilizada para fins domésticos, higiênicos e sem finalidade lucrativa ou sala comercial onde a atividade profissional esteja caracterizada pelo exercício predominantemente técnico, científico ou intelectual de conhecimentos.
- V – COMERCIAL B: Quando a água é utilizada para fins domésticos, higiênicos e com finalidade lucrativa. Incluindo-se os estabelecimentos comerciais em geral.
- VI – OBRAS E CONSTRUÇÕES: Quando a água estiver sendo utilizada em obras, incluindo reformas ou construções;
- VII – PÚBLICA: Quando a água é utilizada em órgãos e repartições públicas federais, estaduais ou municipais.

VIII – INDUSTRIAL: Quando a água é utilizada como matéria essencial à própria natureza da indústria ou para fins domésticos e higiênicos do próprio estabelecimento industrial, e ainda em estabelecimentos de ensino particular, hospitais, shopping centers, sedes de congregações religiosas, hotéis e similares. Incluem-se nessa categoria os estabelecimentos temporários ou não permanentes, tais como feiras, circos, parques de diversão, mostras e similares.

IX – FILANTROPIA: Em conformidade com a Lei Municipal nº 5.748, de 2005, se enquadram nesta categoria as entidades sem fins lucrativos que notoriamente desenvolvam trabalhos socioeducativos com crianças ou idosos, conveniados com a Prefeitura Municipal.

ART. 16. A inclusão, alteração ou exclusão de uma única categoria ou seu respectivo valor não será considerada Revisão Tarifária Extraordinária, devendo ser realizada por resolução específica da AGESAN-RS.

PARÁGRAFO ÚNICO. O SEMAE poderá solicitar inclusão, alteração ou exclusão de uma categoria ou seu respectivo valor no prazo de 1 (um) ano após a primeira solicitação.

ART. 17. Caso a Matriz Tarifária necessite inclusão, alteração ou exclusão de mais de uma categoria ou seu respectivo valor, por solicitação do SEMAE, deverá ser considerada Revisão Tarifária Extraordinária.

CAPITULO IV DA COBRANÇA DAS FATURAS

ART. 18. A forma de cobrança e emissão de faturas seguirão as orientações do Regulamento do Serviços de Água e Esgoto do SEMAE, homologado pela AGESAN-RS.

ART. 19. O valor do serviço básico de disponibilidade de rede de água ou de esgoto é um valor fixo para que seja mantida a ligação e a disponibilização do produto, independentemente do consumo.

PARÁGRAFO ÚNICO. O valor será cobrado mesmo se o consumo verificado no mês for igual a zero.

ART. 20. O valor de consumo é proporcional ao volume de água consumido pelo usuário do SEMAE.

PARÁGRAFO ÚNICO. Quando não houver consumo, este valor será igual a zero.

ART. 21. A cobrança de disponibilidade dos serviços de esgotamento sanitário deverá ser instituída por resolução específica da AGESAN-RS até a data de 31 de janeiro de 2025, conforme estabelece os §§ 6º e 7º do art. 45 da Lei Federal nº 11.445, de 2007.

CAPITULO V

CONTROLES DE CICLO TARIFÁRIO

ART. 22. O SEMAE deverá manter seus balanços contábeis atualizados e informar periodicamente à AGESAN-RS, conforme estabelece a Resolução CSR nº 001, de 2021, da AGESAN-RS.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os anos de 2024, 2025, 2026 e 2027 serão parâmetros para o 2º Ciclo de Revisão Tarifário do SEMAE para aplicação em 1º de janeiro de 2029.

ART. 23. O SEMAE deverá informar anualmente à AGESAN-RS os valores das aplicações dos investimentos previstos na Revisão Tarifária, conforme Anexo I.

§1º. Os investimentos que excederem a previsão verificada pelo Anexo I, deverão ser adicionados para fins do cálculo do Índice de Revisão Tarifária para o 2º Ciclo de Revisão Tarifário do SEMAE.

§2º. Os investimentos não realizados, conforme previsão verificada pelo Anexo I, deverão ser desconsiderados para fins do cálculo do Índice de Revisão Tarifária para o 2º Ciclo de Revisão Tarifário do SEMAE.

CAPITULO VI

DOS PREÇOS PÚBLICOS E VALORES DAS PENALIDADES

ART. 24. Os preços dos serviços de água e esgoto, os valores das multas e penalidades e os valores de hidrômetros e demais acessórios deverão seguir o princípio da modicidade tarifária, prevista na Lei Federal nº 11.445, de 2007.

ART. 25. A inclusão, a alteração e a exclusão de preços e valores, previstos neste capítulo, deverão ser homologados pela AGESAN-RS.

PARÁGRAFO ÚNICO. As formas de publicização dos preços e valores deverão seguir as definições da Resolução CSR nº 018, de 2024, da AGESAN-RS.

ART. 26. Caso ocorra a inclusão e/ou alteração de preços e valores, previsto neste capítulo, somente poderá ser realizado nova alteração no prazo de 12 (doze) meses.

CAPITULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

ART. 27. O processo de audiência pública e consulta pública do 1º Ciclo de Revisão Tarifária do SEMAE deverá seguir as definições Instrução Normativa nº 04, de 2019, da Diretoria Geral da AGESAN-RS.

ART. 28. Os procedimentos de composição dos Índices, que trata esta resolução, deverão ser atualizadas para que estejam em conformidade com a Norma de Referência da ANA.

ART. 29. O Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto do SEMAE deverá ser atualizados, conforme definições desta resolução.

ART. 30. Esta resolução entra em vigor a partir de sua publicação.

Porto Alegre, xx de xxxxxx de 202x.

Dr. Cássio Alberto Arend
Advogado
Conselheiro Presidente